

# ROMA, REPÚBLICA ARISTOCRÁTICA (509 a 31 a.C.)

O período republicano em Roma durou de 509 a 31 a.C., e foi marcado pela luta política dos plebeus para conseguirem igualdade de direitos aos patrícios e pela expansão territorial romana, primeiramente na Península Itálica e posteriormente em todo mar Mediterrâneo. As conquistas enriqueceram muitas famílias patrícias e plebéias, consolidando o latifúndio e o trabalho escravo.

Com a proclamação da República, o rei foi substituído por dois cônsules eleitos anualmente pelos patrícios. Os Cônsules eram assessorados por um corpo de magistrados formado por dois pretores(encarregados da justiça), dois edis(encarregados do abastecimento, do policiamento e da urbanização de Roma), oito questores(administradores do tesouro público) e dois censores(encarregados de estabelecer a lista dos cidadãos, dos senadores e da vigilância dos costumes).

A aristocracia patrícia manteve o seu poder através do Senado, que se tornou a principal instituição política da República. O Senado era responsável pela política externa, pelo controle dos magistrados e dos generais em campanha e podia impedir qualquer mudança que fosse contra os interesses dos patrícios. O Senado e os Magistrados possuíam mais poder do que as Assembléias populares.

Os plebeus não tinham acesso a qualquer cargo público. A luta pela igualdade jurídica aos patrícios dominou a política interna de Roma nos séculos V e VI a.C., obrigando os patrícios a fazer concessões que beneficiaram principalmente os plebeus ricos. Assim, em 493 a.C., foi criado o Tribunato da Plebe, constituído por dois tribunos que formava uma magistratura especial, encarregada de defender os direitos dos plebeus; mais tarde, o número de tribunos da Plebe foi aumentado para dez.

Os plebeus reivindicaram também a publicação por escrito das leis, o que resultou na organização de um amplo código, datado de 450 a.C., denominado Lei das Doze Tábuas, abrangendo disposições relativas principalmente ao direito civil dos romanos. Entretanto, o acesso às magistraturas e o casamento com os patrícios continuavam proibidos aos plebeus.

Sob a pressão dos plebeus ricos, novas leis foram criadas. Pela Lei Canuléia de 445 a.C., foi permitido o casamento entre patrícios e plebeus; pela Lei Licínias-Séxtias de 367 a.C., os plebeus tiveram acesso a um dos Consulados; e pela Lei Ogúlnia de 300 a.C., os plebeus puderam desempenhar funções sacerdotais e de Pontífice Máximo. Essa lenta mudança levou os plebeus a participarem do Senado, visto que os Cônsules se tornavam automaticamente membros dele, ao fim do mandato. O resultado foi a formação de uma nova nobreza - a nobilista - composta de ricas famílias patrício-plebéias, consolidando o caráter oligárquico de Roma.

A expansão territorial romana

As lutas políticas internas de Roma ocorriam concomitantemente à sua expansão territorial. A partir do século V a.C., Roma consolidou poder sobre o Lácio e iniciou a conquista e dominação das populações estabelecidas na Península Itálica, em guerras que se estenderam de 498 a 275 a.C.. A boa organização de seu exército em formações denominadas legiões e os eficientes armamentos como catapultas, torres móveis e aríetes garantiam a eficiência e a vitória dos soldados romanos.

Com a expansão territorial, as terras confiscadas pelo Estado Romano nas regiões conquistadas, eram transformadas em terras públicas - o *ager publicus* - que podiam ser arrendadas a cidadãos romanos para exploração da agricultura e do pastoreio. Isso trouxe inúmeros conflitos agrários, girando em torno do direito de posse sobre o "*ager publicus*", pois enquanto muitos cidadãos aumentavam suas terras às custas dele, outros se viam limitados a um pequeno lote insuficiente à sobrevivência. As pessoas, que não conseguiam terras, deixavam o campo e iam para as cidades viver como artesãos, pequenos comerciantes ou clientes.

Após a conquista da Península Itálica, os romanos empreenderam uma série espetacular de campanhas militares, que lhes deu a supremacia no mundo mediterrâneo. Essas guerras resultaram numa quantidade enorme de terras e escravos, que beneficiaram principalmente a "*nobilitas*" romana.

Ao transformarem o Mar Mediterrâneo no "*Mare Nostrum*", com a livre navegação por todas as suas margens, os romanos incorporaram de modo diferente as províncias situadas a oeste e a leste de Roma.

A oeste, a Espanha, a Gália e a Bretanha eram regiões habitadas por povos culturalmente atrasados. Em seu interior, Roma implantou o latifúndio com produção agrícola em larga escala, por trabalho escravo. O *latim*, língua dos antigos habitantes do Lácio, acompanhou o curso das conquistas. Sobrepujando os demais dialetos itálicos, difundiu-se por toda a Península Itálica e espelhou-se pela Europa Ocidental e África do Norte. Cidades foram fundadas para administração e comércio, como Córdova, Lyon, Amiens e outras urbanizadas segundo o padrão romano, com largas avenidas, aquedutos, termas e templos. Entretanto, as províncias ocidentais do império sempre permaneceram menos povoadas e menos desenvolvidas que as do oriente.

No Mediterrâneo Oriental, os romanos conquistaram os grandes Estados helenísticos da Macedônia, Grécia, Síria e Egito, onde procuraram manter a organização social e política já existentes, contentando-se em obter altos rendimentos com a cobrança de impostos. O trabalho escravo foi menos utilizado e não houve processo de romanização como no Ocidente. Aqui é Roma que se deixa influenciar pela riqueza da civilização helenística.

As conquistas tornaram Roma fabulosamente rica. Para ela encaminhavam-se as obras de arte da Grécia, os produtos raros do Oriente, os animais e plantas da África, os cereais de todas as províncias, além de filósofos, cientistas e artistas do mundo helênico. Surgiram os arcos de triunfo, para celebrar vitórias de generais e as primeiras basílicas destinadas à administração da justiça, à discussão de negócios e de política. As termas, construções

típicas dos romanos, tornaram-se abertas ao público com vestiários, salas de banho frio, morno e quente, bibliotecas, salas de jogos e palestras.

### Latifúndio e trabalho escravo

As conquistas romanas, dentro e fora da Península Itálica, pelo largo período que mantinham os pequenos proprietários mobilizados no exército para guerra, provocaram o seu endividamento progressivo, impossibilitando-lhes manter suas terras. Estas passaram a ser incorporadas pelos grandes proprietários(já enriquecidos pela posse do "ager publicos"), fato que ferou uma concentração cada vez maior das terras nas mãos do "nobilistas". Latifúndio e trabalho escravo tornaram-se, então, a forma dominante da produção romana, principalmente do século II a.C. em diante.

As propriedades rurais romanas - as "villae" - variavam entre 120 e 1 200 hectares e sua área podia ser contínua ou dispersa. Produziam azeite, vinho, cereais, gado, enriquecendo enormemente a oligarquia patrício-plebéia.

Os escravos eram geralmente prisioneiros de guerra, privados de liberdade, que realizavam todo tipo de trabalho no campo e na cidade. Existiam escravos na lavoura, no pastoreio, na administração das propriedades, nas minas, no comércio, no trabalho doméstico, e como escribas, bibliotecários e professores. Alguns gozavam de privilégios por terem uma especialização, como por exemplo, os vinhateiros, os porqueiros, os arrieiros e principalmente o "vilicus", administrador das terras de um rico senhor, encarregado da organização do "trabalho escravo" na propriedade.

Rebeliões de escravos, como a comandada por Espactacus no século I a.C., foram freqüentes durante a República, exprimindo a revolta dos que eram submetidos à mais alta exploração do trabalho. Por outro lado, muitos escravos ganhavam ou compravam sua liberdade, tornando-se cidadãos com plenos direitos cívicos.

Mesmo sendo a agricultura a principal atividade econômica no mundo romano, as cidades desenvolveram-se bastante: era onde os proprietários residiam e governavam, tornando-se centros manufatureiros e mercantis. As manufaturas existentes nas cidades romanas eram basicamente o trabalho em madeira, couro, metais, cerâmica, tinturaria e materiais de construção.

### O Direito Romano

Durante a Realeza ou Monarquia(753 a 509 a.C.), as leis existentes baseavam-se nos costumes dos antepassados e nas decisões do rei, chefe militar, político e religioso. Na época republicana(509 a 27 a.C.), o costume dos antepassados continuou como uma das fontes do Direito. Mas, a esse direito não escrito juntou-se um direito escrito, representado pelas leis, pelos senatus-consultus e pelos editos dos magistrados refletindo a separação entre o poder religioso e o poder político, operado pelo novo regime.

"Aquilo que os sufrágios do povo em último lugar ordenaram é a lei" diz uma passagem da Lei das Doze Tábuas, mostrando que o Direito já não era considerado uma revelação dos deuses aos antepassados e portanto imutável e sagrado. Ao contrário, ele se mostrava agora como algo que pode e deve se modificar, conforme as circunstâncias o exigirem.

Da publicação das Leis das Doze Tábuas em 450 a.C. ao fim da República, o Direito Romano evoluiu enormemente, constituindo a estrutura que acompanhou a conquista do Mediterrâneo, o crescimento das trocas de mercadorias e o uso cada vez mais amplo do trabalho escravo. Desenvolveu-se principalmente o direito civil e comercial que tratava de questões sobre compra, venda, aluguel, arrendamento, herança, seguro, e o direito de família, relacionado com questões matrimoniais e testamentárias. O direito pleno do cidadão à propriedade de bens e escravos ficou claramente regulamentado.

Os jurisconsultos, especialistas que estudavam as leis para interpretá-las convenientemente e torná-las aplicáveis aos casos concretos, tiveram suas atividades multiplicadas. Procuravam sempre resolver os conflitos entre as partes a partir de normas gerais baseadas na equidade e no bom senso. Com isso, a ciência do direito, isto é, a Jurisprudência (de "iuris" = direito e "prudentia" = ciência) evoluiu e o Direito Romano sobreviveu à República e ao Império.

A crise da República oligárquica (século I a.C.)

As guerras de conquista, no período republicano, beneficiaram a classe senatorial, detentora de poderes políticos, que acumulou enormes riquezas em tributos, extorsões, terras e escravos. Ao lado dela, cresceu uma classe de homens abastados - os "cavaleiros" - que se enriqueceram nas atividades manufatureiras, comerciais e de empréstimos.

Mas a classe dos pequenos proprietários rurais, que fornecia soldados ao exército, não se beneficiava das conquistas. Ao voltarem para suas terras, depois das batalhas, os agricultores percebiam que não podiam concorrer com o latifúndio escravista e com o trigo barato vindo das províncias, arruinando em larga escala e migrando para as cidades, principalmente Roma.

Todas as tentativas para melhorar a situação dos pequenos proprietários resultaram em fracasso, como a reforma agrária tentada pelos irmãos Tibério e Caio Graco, de 133 a 121 a.C., devido à forte oposição da oligarquia senatorial. Assim, enquanto o campo cobria-se de grandes propriedades trabalhadas por escravos (estima-se que no final do século II a.C. havia cerca de 2 000 proprietários entre os 400 000 cidadãos romanos), Roma povoava-se de uma classe popular - os "proletarii" - sem terras e sem trabalho, pois as oficinas artesanais preferiam utilizar o trabalho escravo.

Esse proletariado urbano, composto de artesãos, trabalhadores, pequenos lojistas e escravos libertos habitava em bairros apinhados, ameaçado pela fome e pela pobreza. Tornou-se dependente dos favores do Estado, que para mantê-lo submisso, adotou o costume de distribuir cereais (trigo) gratuitamente. Transformou-se também em massa de manobra de políticos ambiciosos das classes dirigentes (senadores e cavaleiros) que, em troca de seu apoio eleitoral, ofereciam-lhes ingressos para jogos, representações teatrais e festas. Tal política de controle social adotada por Tóma, chamada "panem et circenses" (pão e jogos de circo) foi grandemente adotada a partir do século I a.C., mantendo na cidade um proletariado passivo e facilmente manejável pelos políticos.

De 91 a 88 a.C., Roma enfrentou conflitos armados com as províncias situadas na Península Itálica. Aliadas de Roma nas guerras mantidas fora da Itália, seus habitantes exigiram e conseguiram a cidadania romana. Em 88 a.C., começaram as guerras contra o rei Mitrídates, do Ponto(região da Ásia Menor, entre o Mar Negro e o Mar Mediterrâneo), que ameaçavam os domínios romanos na região. Entre 73/71 a.C., foi esmagada uma grave rebelião de escravos comandada por Espartacus, que chegou a reunir 70 000 homens, derrotando várias vezes os exércitos romanos, até ser dominada pelo general Crasso.

Nesse contexto de guerras, cresceu a popularidade dos generais cujas legiões conseguiam vitórias militares, como Pompeu(no Ponto, na Espanha e na África), Crasso(na Itália) e Júlio César(na Gália Transalpina). Os soldados passaram a se tornar mais fiéis aos generais que lhes podiam garantir pilhagens e vantagens nas vitórias do que ao próprio Estado Romano. Em Roma, os líderes dos partidos aristocráticos, assim como os das classes populares, buscavam apoio dos chefes militares nas lutas políticas.

Assim, em 60 a.C., os três generais vitoriosos, Pompeu, Crasso e Júlio César tomaram o poder, formando o 1º Triunvirato. Após a morte de Crasso, seguiu-se um período de guerra civil entre Pompeu e César, culminando com o triunfo deste último, em 46 a.C.. Garantido por suas legiões, César passou a exercer o poder de modo pessoal e autocrático.

Júlio César governou apoiado pelos exércitos, pelos Cavaleiros e pela massa popular, anulando, na prática, o poder do Senado. Controlou as Assembléias e as Magistraturas e introduziu mudanças importantes como a concessão da cidadania romana aos habitantes das províncias no exterior e a fundação de colônias fora da Itália, onde terras foram distribuídas aos veteranos das guerras.

César morreu assassinado em 44 a.C., por membros do Senado insatisfeitos com seu governo. Seguiu-se um novo período de guerras civis, em que o Senado tentou infrutiferamente recuperar o poder. Em 42 a.C. formou-se o 2º Triunvirato, do qual faziam parte os generais Marco Antônio, Lépido e Otávio(filho adotivo de César). Estabeleceu-se que Marco Antônio governaria o Oriente; Lépido, a África e Otávio, o Ocidente; a Itália seria governada pelos três, conjuntamente.

Mais tarde, os Triúnveros desentenderam-se pela conquista da supremacia política. Após outra guerra civil. Otávio, vitorioso, tornou-se dono absoluto do poder, em 31 a.C.. Foi o fim das guerras civis e da República.

Durante o século I a.C., a crise agrária que afetou os pequenos proprietários, os conflitos com as províncias italianas, as revoltas populares urbanas e as guerras civis entre generais romanos romperam o equilíbrio político, social e cultural da República, levando à sua transformação em império centralizado.